**DAS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: GARANTINDO O DIREITO DAS CRIANÇAS À EDUCAÇÃO**

Mariana Durães de Almeida¹

Discente do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE Unimontes

[duraesmariana0@gmail.com](mailto:duraesmariana0@gmail.com)

Raiane Alves da Cruz¹

Discente do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE Unimontes

[raianealves.psicologia@gmail.com](mailto:raianealves.psicologia@gmail.com)

César Rota Júnior²

Docente do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE Unimontes

[cesar.junior@](mailto:cerarotajr@gmail.com)unimontes.br

**Eixo: Infâncias e Educação Infantil**

**Resumo Expandido**

Na Idade Média, a infância não era reconhecida como uma fase distinta da vida, e as crianças eram tratadas como pequenos adultos. A partir do século XVII, surge um novo olhar que reconhece a infância em suas especificidades, tornando-se objeto de interesse do Estado e da ciência. É nesse novo cenário que a escola emerge como a instituição social por excelência destinada à educação de crianças e jovens. Com isso, expandem-se políticas assistenciais, especialmente voltadas à infância, que passa a ocupar lugar de destaque nas agendas públicas. Diante disso, este trabalho analisa como tais políticas públicas têm contribuído para garantir o acesso e a permanência de crianças na escola, destacando seus avanços e desafios.

**Palavras-chave:** Educação. Infância. Escola.

**Introdução**

Segundo Ariès (1981), na Idade Média não havia uma concepção de infância como fase distinta; as crianças eram tratadas como pequenos adultos. A partir do século XVII, a infância passa a ser reconhecida em suas particularidades e ganha centralidade na estrutura familiar. Até o século XIX, a assistência à infância era associada à caridade, especialmente por ordens religiosas. Com a Primeira República no Brasil, surgem saberes científicos sobre a vida da população, e a escola passa a ser usada como instrumento de controle e normatização social. Desde 1920, observa-se uma transformação dessas práticas assistenciais, agora inseridas em uma lógica neoliberal e implementadas por meio de políticas públicas, programas e projetos educacionais (Lockmann e Mota, 2013).

**Justificativa e problema da pesquisa**

Compreender a trajetória histórica da assistência à infância e sua articulação com as políticas públicas educacionais é fundamental para refletir sobre os avanços e desafios ainda presentes no acesso e na permanência de crianças na escola. Pensando nisso, levantamos a seguinte problemática: como as políticas públicas voltadas à infância, no contexto brasileiro, contribuem para o acesso e a permanência de crianças na escola, e quais são os principais desafios enfrentados nesse processo?

**Objetivos da pesquisa**

Analisar como as políticas públicas voltadas à infância no Brasil têm contribuído para o acesso e a permanência de crianças na escola, identificando avanços e desafios presentes nesse processo.

**Referencial teórico que fundamenta a pesquisa**

O referencial teórico que fundamenta esta pesquisa baseia-se principalmente nos estudos de Lockmann e Mota (2013), que analisam historicamente as práticas de assistência à infância e sua transformação em políticas públicas. No trabalho de Ariés (1981) sobre a constituição da infância e também nos trabalhos de Patto (1992) que trazem reflexões importantes no contexto da educação.

**Procedimentos metodológicos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, baseada na análise de fontes bibliográficas e dados oficiais. O estudo utiliza como referenciais teóricos Ariès (1981), Lockmann e Mota (2013) e Patto (1992), que discutem a infância como construção social e foco de intervenção estatal. Também foram analisados dados do Inep e do Ministério da Educação, com destaque para o Censo Escolar de 2023.

**Análise dos dados e resultados finais da pesquisa**

A análise revela a transição das práticas de assistência à infância no Brasil, que antes do século XIX eram baseadas em ações caritativas religiosas, para a atual proliferação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças. Apesar de mais de 70 programas federais voltados à infância, os dados do Censo Escolar de 2023 apontam desafios persistentes, como altas taxas de distorção idade-série e queda nas matrículas, indicando dificuldades de permanência escolar. Autores como Patto (1992) e Silva e Strang (2020) destacam que a evasão está ligada a barreiras socioeconômicas e que o simples acesso à escola não garante aprendizagem nem equidade.

**Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED**

Esta pesquisa insere-se no eixo temático Infâncias e Educação Infantil, ao investigar historicamente as formas de assistência destinadas à infância no Brasil e sua transição para políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência escolar. Ao problematizar como as crianças foram e continuam sendo inseridas nas dinâmicas institucionais de cuidado e educação, o estudo contribui para o campo das pesquisas em educação ao lançar luz sobre as formas pelas quais o Estado e a sociedade têm reconhecido — ou negligenciado — os direitos da infância.

**Considerações finais**

O modo como percebemos as crianças e a infância, resulta de construções sociais e decorre de um conjunto de possibilidades, em determinado momento histórico, que são ordenados socialmente e sustentados por discursos em constante transformação (Bujes, 2002 *apud* Lockmann; Mota, 2013). Deste modo, é necessário que a estrutura da educação básica no Brasil seja ampliada a fim de possibilitar a efetivação de um sistema que promova a formação adequada às crianças (Silva e Strang, 2020). Concernente com essa visão, Nunes, Oliveira e Melo (2019) apontam para a necessidade de olhar para a instituição escolar compreendendo o educando como um sujeito relacional, que é perpassado pelas relações vivenciadas na escola e se constitui a partir delas também.

**Referências**

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à fome. Governo Federal tem mais de 70 ações e programas voltados à proteção de crianças e adolescentes. Paraná, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-tem-mais-de-70-acoes-e-programas-voltados-a-protecao-de-criancas-e-adolescentes-1. Acesso em 01 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Mec fortalece políticas públicas para escolas brasileiras. Março de 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mec-fortalece-politicas-publicas-para-escolas-brasileiras. Acesso em 01 de julho de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024c.

LOCKMANN, Kamila; MOTA, Maria Renata Afonso. Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 76 -111.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; OLIVEIRA, Artur Bruno Fonseca de; MELO, Aline Guilherme de. Psicologia Escolar nas escolas públicas: desafios para a formação do psicólogo. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 48, pág. 3 a 11 de junho. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S141469752019000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de julho de 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. A família pobre e a escola pública: Anotações sobre um desencontro. **Psicologia USP**, São Paulo, v.3, n.1/2, p. 107-121, 1992.

SILVA, Luiz Henrique Gomes da; STRANG, Bernadete, de Lourdes Streiskt. A obrigatoriedade da educação infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. **Pro-Posições**, v. 31, p. e20160069, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0069. Acesso em 01 de julho de 2024.